

## 1. Introdução

A realização de um trabalho em uma comunidade do tipo da Comunidade Nova Vida (CNV), na qual o processo de formação e educação é de grande complexidade social, requer fazer algumas opções para sua execução. A nossa opção foi pela abordagem sócio-antropológica, que possibilitou perceber as transformações das relações sociais e culturais. Também optamos por uma linha de reflexão que fosse transversal às discussões, como ocorre neste caso, com os deslocamentos compulsórios, os quais ajudaram na compreensão mais integral da realidade das comunidades na Amazônia. O trabalho se desenvolve a partir de uma preocupação substancial, que é estabelecer vínculos entre a organização social e a de seus membros, procurando estabelecer pontos de encontro envolvendo prática educativa, cultural e territorial.

Interessa-nos, sobretudo, entender como ocorrem os processos educativos e as condições (i)materiais de sua produção. Com este recorte, podemos descrever as relações sociais que se estabelecem na comunidade, com seus desdobramentos desenvolvidos a partir de práticas sociais. Houve um processo de imersão na comunidade e, além disso, buscamos estabelecer uma aproximação com os sujeitos, perfazendo muitas interações, conversas e outras formas de contato, que ajudaram na busca de informações para compreensão do cenário social.

É sobre essa complexidade social e seus sentidos que este trabalho se debruçará. Seus recortes, problema, abordagem teórico-metodológica, método de investigação e processo de análise, que se completam e tangenciam a relação sociedade e natureza na(s) Amazônia(s), são apresentados ao longo desta introdução e dão forma e conteúdo à produção do texto.

### 1.1. As questões de investigação

Os modos de vida das populações nativas da Amazônia são aprendizados construídos nas experiências com o território<sup>1</sup>. Para essas populações que se agrupam

---

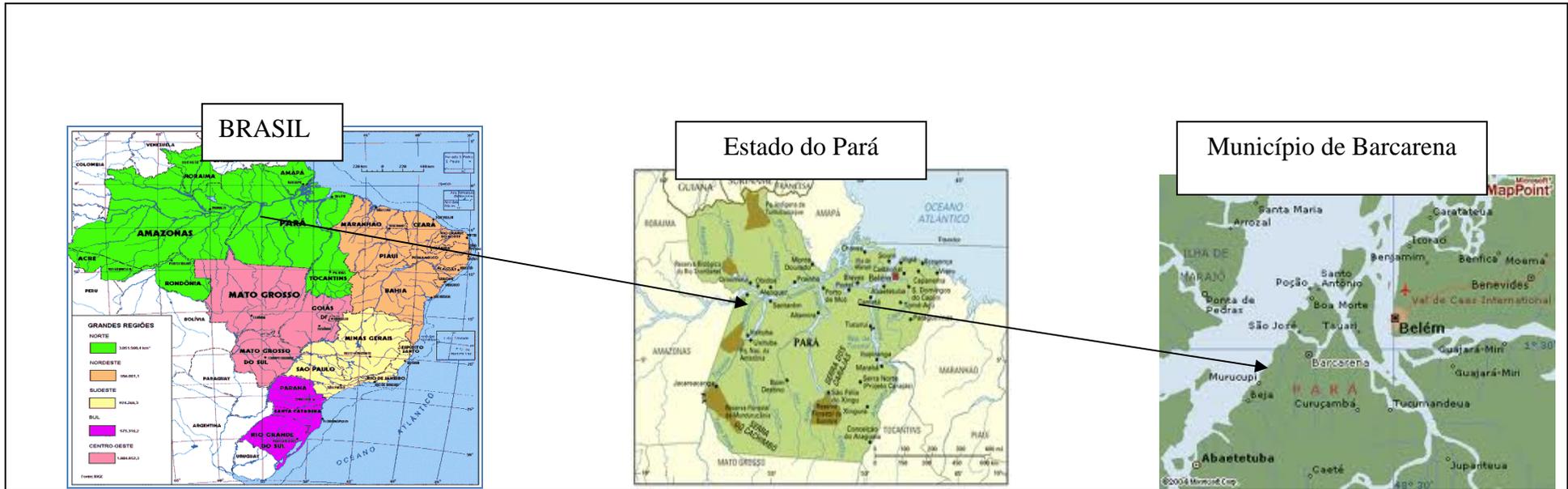
1 Para o objetivo deste trabalho, o *espaço* corresponde aos movimentos relacionados às condições sociais e físicas, como aponta Santos (1999, p. 88): “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais”. No caso de *lugar*, a sua noção está relacionada ao espaço preenchido a partir do sentido de quem o ocupa, cuja significação organiza o processo de ocupação no tempo, ganhando familiaridade (CASTRO, GOMES E CORRÊA, 1995). No caso de *território*, que será a categoria mais utilizada no trabalho, sua compreensão revela intencionalidade, gestão do espaço num confronto entre forças numa rede de relações de poder, cuja experiência humana marca a identidade social e as ações coletivas (COSTA, 2007; SAQUET, 2009).

coletiva e tradicionalmente em comunidades, o território, compreendido pela conexão floresta, rios e sítios, é vida em sua plenitude e não apenas recurso. O sentido e o significado do território são sócio-afetivos e a forma como essas comunidades locais se relacionam com o território é própria da sua existência, da sua cultura (i) material (SAQUET, 2009; COSTA, 2002 e CASTRO, 1988b). Para tanto, a natureza é descoberta, classificada, lida e codificada, segundo princípios e técnicas estabelecidas na história dessas comunidades, que vem de gerações de famílias, em muitos casos, com caráter ancestral. São processos sociais tecendo sistemas de convivência no cotidiano da floresta. São territorialidades que geram práticas educativas com formações próprias, aprendizagens diversas e saberes da experiência que garantem a própria reprodução da vida.

As práticas educativas tecidas no território também são reveladas no processo de domínio e apropriação do espaço. As diversas formas de ocupação e apropriação territorial, que interferem nas dinâmicas sociais vivenciadas na região, são marcadas por tensões, disputas e pelas diferentes formas de viver e ver o mundo que historicamente se constituem. E as comunidades locais têm sido um dos segmentos sociais mais afetados pela dinâmica de ocupação territorial em curso na região. Desde a colonização até hoje, a região tem sua paisagem sócio-ambiental afetada por ações sistemáticas de extração de recursos, o que, de certo modo, define seu modelo de ocupação e revela, sobretudo, dois aspectos: a) a relação entre as dinâmicas territoriais tradicionais e o modo de produção urbano-industrial em expansão no espaço amazônico e b) os impactos sobre os grupos sociais preexistentes. Nesse campo de interesses diversos, as comunidades locais compõem a trama de correlações de força instalada na região. Elas querem continuar vivendo do e no território, dominando-o e ressignificando-o para gestar novas territorialidades e novos processos de formação: estratégias de organização social, resistência política e compreensão de novos cenários. São novas práticas sociais que se juntam àquelas já experimentadas, ampliando as práticas educativas das comunidades.

Os estudos sobre essas comunidades têm permitido fazer incursões e debates nessa direção, a partir das histórias sociais dos grupos diretamente atingidos, privilegiando suas relações, percepções e aprendizagens. Situada nesse contexto de expansão industrial em áreas historicamente ocupadas por populações ligadas à floresta amazônica, o trabalho centra-se na relação entre práticas educativas, culturas e dinâmicas territoriais, envolvendo comunidades locais e empresas transnacionais, tomando por campo de observação o município de Barcarena, Estado do Pará. O

município de Barcarena está localizado a 40 km de Belém, capital do Pará, na região norte do Brasil (vide mapa 1) e ocupa uma área de 401 km<sup>2</sup>. Nossa experiência nessa área foi iniciada na década de 1990.



Mapa 1 – Localização do Município de Barcarena  
 Fonte: Arquivo iconográfico da pesquisa (Mapa adaptado. CARMO, 2010)

Este tema foi escolhido em função de nossa presença na área em dois momentos. Primeiro, durante a graduação em Administração (1990), quando tivemos o privilégio de integrar, na condição de bolsista do PIPES, o projeto de pesquisa “Reprodução da Força de Trabalho em Área de Impacto de Projeto Transnacional – Estudo do Processo de Proletarização em Barcarena” (UFPA-PROPESP-CNPQ-PIPES), sob a coordenação da Profa. Joaquina Barata Teixeira. O objetivo do trabalho, naquele momento, era identificar as condições de vida das populações que foram expropriadas dos seus espaços sociais de origem, não sendo absorvidas nas terceirizadas que trabalhavam para o complexo ALBRAS/ALUNORTE<sup>2</sup>, tendo que se submeter a condições subumanas pois foram transformados em catadores de lixo no “Bota-Fora”<sup>3</sup>. Em 1994, já no mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), nossa dissertação foi sobre as relações de trabalho tecidas em programas modernos de gestão empresarial que, preliminarmente, tinham como objetivo a otimização dos recursos e a redução de pessoal. A pesquisa foi na ALBRAS, o que nos permitiu conhecer as contradições de uma empresa transnacional, modelo para região e competitiva no mundo. Já nessa pesquisa, sentimos a necessidade de fazer contato com as vilas e comunidades do entorno da empresa, mas isso não foi possível em função das limitações de tempo da pesquisa.

Depois de quase dez anos, em 2004, voltamos à Barcarena, quando fomos visitar uma comunidade remanejada, que estava sendo assessorada por um grupo de professores do curso de Serviço Social da UFPA, do programa de extensão “Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Barcarena-Pa”<sup>4</sup>. Naquele momento, escutamos e conversamos com membros da

---

2 A Alumínio Brasileiro S.A (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE) são empresas de beneficiamento de alumínio e extração de alumina, respectivamente, que foram implantadas em Barcarena, no Distrito de Murucupi, nas décadas de 70 (ALBRAS) e 90 (ALUNORTE), implicando na construção do complexo fábrica-porto- núcleo urbano. Essas empresas estão ligadas ao sistema Vale, empresa de extração mineral que atua na região desde os anos de 1960. A contextualização desse processo de instalação de empresas mineradoras em Barcarena tem relação direta com o nosso objeto de estudo, por isso que será, mais à frente, discutida na seção 2.

3 O local era chamado assim pelos catadores e o relato dessa experiência foi central para apresentação do artigo “Subsunção à lógica do enclave do espaço social pré-existente – formas que assume a superpopulação relativa em Barcarena” no II Seminário de Iniciação Científica da UFPA (março/1991).

4 O convite à visita foi feito pela Profª Olinda Rodrigues que coordenou por três anos o projeto de extensão, tendo sua gênese a partir de pesquisas realizadas em Barcarena na década de 80, através de uma equipe de professores-pesquisadores da UFPA do então “Programa Barcarena”, o qual estudava os efeitos da implantação do Projeto Albrás/Alunorte na Amazônia. Com base nos

comunidade (líderes e não líderes) e observamos, após três visitas consecutivas, que suas histórias, conquistas e medos eram reveladores de uma dinâmica territorial marcada pelo deslocamento compulsório, pela negociação com a empresa, pelas estratégias de reivindicação, pela formação de associação de moradores e parcerias com entidades do campo dos direitos humanos, da academia e do sindicato. Experiências sociais que forjaram novas práticas educativas para uma comunidade formada de pescadores e pequenos agricultores, cuja articulação e mobilização ganhavam sentido para que a comunidade continuasse existindo enquanto sujeitos, com identidade e cultura próprias. A realidade dessa comunidade é semelhante ou análoga a muitas outras comunidades, que vivenciaram os processos de ocupação urbano-industrial no município de Barcarena, multiplicando áreas de confronto e de novas territorializações.

Daí, como diz Geertz (1997), escolhemos estudar não uma comunidade, mas em uma comunidade os processos sócio-culturais e políticos de mudança sócio-territorial, dando especial atenção às novas práticas educativas que resultam do choque permanente com a nova dinâmica territorial imposta pela presença das grandes empresas, no caso, as do sistema Vale<sup>5</sup>, uma das maiores empresas do mundo em extração de minérios, que conta com um excelente quadro funcional, destinado a negociar e intervir nas áreas assim como elaborar projetos sociais às comunidades.

Diante desta realidade social, a questão que orientou esta pesquisa foi: Como as dinâmicas territoriais resultantes da presença da empresa mineradora, com seus conflitos e resistências a ela, instituíram novos saberes e fazeres, novos agentes e processos educativos para a CNV? Com essa questão-base que articula práticas educativas, território e cultura, temos como objetivo geral: Investigar os

---

resultados das pesquisas realizadas e atendendo às demandas das organizações populares daquele município, o curso de Serviço Social da UFPA deu início, na década de 90, ao projeto de extensão "Assessoramento às Organizações Populares do Município de Barcarena/Pa", posteriormente denominado "Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no Município de Barcarena-Pa".

5 O Sistema Vale corresponde ao conglomerado de empresas com atuação nas áreas de: minerais ferrosos; na cadeia do alumínio, bauxita, alumina, e alumínio primário; extração de carvão e serviços de logística. A Vale S. A. tal como se conhece hoje foi criada pelo governo brasileiro em 1942. Em 1997, tornou-se uma companhia privada, considerada uma empresa global, com sede no Brasil e mais de 115 mil pessoas, entre empregados próprios e terceiros, trabalhando nos cinco continentes. No caso específico da Amazônia, apresenta elevada capacidade de instalação o que possibilita alta competitividade no mercado internacional.

efeitos do processo de mudança social no que ele tem de transformador e/ou inaugurador de processos de formação do ou com incidência no território comunitário. Para isso, desenhamos os seguintes objetivos específicos:

a) analisar como e em que medida a organização coletiva comunitária implica em processos educativos de formação de valores e produção de saberes-fazer.

b) analisar os processos de deslocamentos compulsórios da CNV, de forma a investigar como tais dinâmicas territoriais destituíram e instituíram práticas sócio-educativas.

Como forma de melhor delimitar o problema e os objetivos, apresentamos as seguintes questões norteadoras:

- Qual a história de formação da CNV?

- Como e em que medida as formas de organização da CNV podem ser apreendidas em um sentido formativo ou educativo?

- Como e em que medida o território ocupa, entre tais formações sociais, um lugar especial no que diz respeito à definição de formas culturais de caráter educativo?

- Como as mudanças sociais e culturais provocadas pelo deslocamento compulsório repercutiram sobre tais formações culturais de caráter educativo?

- Como as estratégias de resistência e lutas assumidas pela CNV contra tais deslocamentos implicaram na produção ou incorporação de novos modelos culturais e educativos?

## **1.2. Campo de reflexão**

No universo social das comunidades locais, as categorias território, culturas e práticas educativas se entrelaçam aproximando temas como apropriação/dominação, sistema de valores e significação e saberes da experiência, pois tanto as categorias como os temas são transversalizados pelas práticas sociais dos sujeitos, tecidas na racionalidade dos grupos sociais. Mas essas práticas sociais também tencionam e são tencionadas por esse conjunto de possibilidades num intrincado campo teórico que colabora para fazer a leitura sócio-cultural e política do território. É esta a matriz de reflexão que permeia a análise da CNV, articulando os temas território, práticas educativas e cultura.

Com eles investigamos os deslocamentos como espaços educativos e de formação de sujeitos políticos, grade de leitura do trabalho. Esta constatação de que o território educa e politiza, tomada criticamente, situa-se nas formas de apropriação social e cultural da natureza que instaura uma complexidade social e histórica, cujos atos de conhecer e conceber são atividades que refletem a relação simbólica e material com o território. Os processos do contexto comunitário ribeirinho são espaços de aprendizado e produção de cultura. A historicidade, neles presentes, sinaliza que a sua construção foi coletiva e que atendeu objetivos organizativos, socialmente estabelecidos.

Nosso objetivo é compreender as práticas educativas na afirmação dos territórios e territorialidades, entendendo prática educativa para além do campo do ensino formal e curricular, procurando aprofundar a tese, de que as práticas sociais, os modos de vida, as estratégias de organização política e de resistência de comunidades amazônicas são espaços de aprendizados e de formação. No caso em estudo, a intenção foi descrever e interpretar de que forma os modos de vida em transformação de uma comunidade ribeirinha duplamente remanejada para instalação em seus territórios de um porto - para o escoamento da produção de caulim - implicou em novos processos e modalidades de novas aprendizagens. Nossa reflexão é de que o território e os seus mecanismos de dominação, apropriação, ocupação material e imaterial, gestão territorial, organização de comunidade, disputas e intencionalidades são produtos de aprendizagens e formação humana com base no espaço vivido. Esses mecanismos são “espaços” de produção de saberes da experiência, construída nas relações coletivas, que se renovam em decorrência das circunstâncias históricas na qual a apropriação do território, pelos grandes grupos econômico-empresariais na Amazônia é uma das suas faces.

### **1.3. O método etnográfico**

A tarefa de ordem teórico-metodológica da pesquisa é de apreender as práticas educativas da CNV nos espaços pedagógicos construídos na relação com o território. A porta de entrada escolhida foram os processos sociais da CNV, entendidos como complexidade sócio-cultural e política que, no limite, representa

situá-la no contexto do distrito industrial de Barcarena, numa perspectiva integradora entre lógicas locais, processos globais. A pesquisa etnográfica foi a forma de capturar as práticas educativas na comunidade, com o sentido de investigar e examinar as atitudes humanas e suas sociabilidades educativas e como as ações na direção da organização coletiva atuam na apropriação do espaço em território social, político e simbólico, bem como as suas transformações.

A etnografia como uma abordagem antropológica tem sido amplamente utilizada neste campo. Considerada como um método de pesquisa oriundo da antropologia social, seu significado etimológico pode ser “descrição cultural”, representando o estudo da sociedade e da cultura, seus valores e práticas. A etnografia se ocupa da descrição dos sistemas de significados culturais dos indivíduos e grupos sociais (GEERTZ, 1989), mas não se limita à descrição de fatos, cenários, pessoas ou à mera transcrição dos discursos e dos depoimentos. Trata-se de um denso trabalho de campo por um determinado período de tempo, num determinado local, registrando, interpretando acontecimentos ocorridos neste local, numa relação dialética entre objetividade e subjetividade.

A etnografia, como sentenciou Genzuk apud Fino e Madeira (2009), “é um método de olhar mais de perto”. Para tanto é preciso ter “disposição para viver uma experiência pessoal junto a um grupo humano com o fim de transformar essa experiência pessoal em tema de pesquisa que assume a forma de um texto etnográfico” (GOLDMAN, 2006, p.167). Isto implica pensar mecanismos para o “reconhecimento” do outro que passa a ser fundamental. Para o autor, a alteridade é a questão central da antropologia, como ressalta o autor: “a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (GOLDMAN, 2006, p.167).

Considerando a alteridade a parte essencial da antropologia que orienta e limita a prática antropológica, o estudo das experiências humanas requer alguns atributos importantes. Para tanto, a teoria etnográfica, na percepção de Goldman (2006), tem como propósito devolver a quotidianidade aquilo que foi estudado e que, muitas vezes, pode escapar silenciosamente a esta mesma quotidianidade (GOLDMAN, 2006). Esses atributos partem do cotidiano e tem na valorização das experiências situadas nas relações sociais a sua centralidade na perspectiva da alteridade, enquanto experiência pessoal do pesquisador.

Com base nessas reflexões e investindo no caso em estudo, as experiências da CNV dizem respeito às relações com o espaço social, com o deslocamento compulsório, com as novas necessidades de territorialização e em todos esses acontecimentos se vive experiências educativas. Todas são experiências forjadas nas relações sócio-políticas e culturais. Para nós um amplo ambiente desconhecido, diferente e instigador e, portanto, desafiador para o campo de pesquisa. Lançamos mão de Goldman para afirmar alguns aspectos ao estudar as experiências humanas.

Parte da nossa tarefa consiste em descobrir por que aquilo que estudamos fazem e dizem parece-lhes, eu não diria evidente, mas coerente, conveniente, razoável. Mas a outra parte consiste em estar sempre interrogando sobre até onde somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, até onde somos capazes de suportar a palavra nativa, as práticas e os saberes daqueles com quem escolhemos viver por um tempo. E, por via de consequência, até onde somos capazes de promover nossa própria transformação a partir dessas experiências (GOLDMAN, 2006, p. 167).

O percurso de uma investigação científica de caráter etnográfico requer princípios que tem relação com a prática etnográfica. Alguns princípios norteiam o pensamento e a sensibilidade etnográfica, especialmente pelo fato dos dados serem recolhidos de diversas maneiras, fruto de múltiplas fontes. Neste particular, a etnografia, enquanto metodologia é uma investigação social que nos parece pertinente ao campo de pesquisa da CNV, quando esses princípios etnográficos são validados. São eles:

- A compreensão do comportamento humano a partir do contato direto com os cenários naturais, onde os fenômenos ocorrem (campo), permitindo que se evidencie a manifestação dos comportamentos e sua relação dialética com o meio social, em que estão inseridos e foram produzidos;

- O olhar relativizador do observador (que vê as coisas relacionalmente) não deixa imune o observado, por isso que as noções de alteridade e de diferença são centrais na etnografia;

- A compreensão das perspectivas culturais em que as manifestações humanas ocorrem é fundamental para explicar as relações humanas (capacidade de estranhar e problematizar o que é familiar), sendo necessário compreender a cultura do grupo em estudo antes de se atribuir explicações válidas e prontas para o comportamento dos seus sujeitos (desnaturalização das relações humanas);

- Concepção da pesquisa como um processo indutivo ou baseado na interação com o campo, em vez de ser determinado pelas hipóteses pré-

estabelecidas e referenciais teóricos densos, havendo uma construção e reconstrução de possibilidades diante do campo (as categorias emergem do campo);

- O papel do pesquisador faz com que ele se torne o principal instrumento de pesquisa, na medida em que desenvolverá técnicas, posturas e análises que devem privilegiar a valorização do campo com suas observações e múltiplas interpretações com base em diversas fontes de coleta de dados.

A pesquisa etnográfica, que tem por base esses princípios, possibilita apreender a intencionalidade dos atores observados e as suas relações sociais, capturando seus movimentos, comportamentos, identidades e significados que são interpretações de suas práticas sociais, culturais, comunitárias e organizativas.

Com base nessas reflexões sobre etnografia, organizamos o campo de investigação e selecionamos as técnicas de observação, descrição densa e entrevista que serão apresentadas na introdução de cada seção do trabalho, explicando e detalhando o plano de ação para a coleta dos dados, como exemplificamos no anexo 01, em que descrevemos o primeiro dia de campo.

#### **1.4. A produção do texto: capturando os agentes nas trajetórias e práticas sociais**

O material de campo nos exigiu e exige um esforço, que é exercitar outro texto: escrever e organizar as idéias a partir daquilo que foi capturado do ponto de vista dos sujeitos. Afinal, os processos sociais não são lineares e sua apreensão só é possível de forma imbricada, dialética e relacional. Por isso, a forma e o conteúdo deste texto são desafiadores.

A configuração espacial atual da CNV é fruto de uma combinação de organização social, estratégias políticas e projetos coletivos de territorialização, ainda que precária (COSTA, 2007), sendo que o seu núcleo foi originado do enfrentamento da disputa política e não da doação de terra. A captura desses processos, a partir de uma percepção histórica e simbólica é revelada pela construção de saberes produzidos, transmitidos e ressignificados, bem como pela percepção das identidades e da memória coletiva. Essas experiências, na perspectiva de quem as constrói, dão, sobretudo, condições de conhecer as razões e significados presentes no campo de relações (cultura do território).

Optar por estudar comunidades locais que foram remanejadas, implica em trazer à tona, mediante a memória dos seus sujeitos, a história social que protagonizaram e capturar os fatos, as normas, as tensões, as emoções, cuja manifestação só é possível em suas lembranças, que são reelaboradas nessa retrospectiva histórica. O fato de a CNV ter sido por duas vezes remanejada, valoriza ainda mais essa perspectiva e enriquece as abordagens sócio-antropológicas do trabalho.

Diante da complexidade deste cenário, a estruturação do texto foi resultado de uma constatação: a recorrência ao passado feita pelos moradores para falar do presente e pensar o futuro. As lembranças dos moradores do período da Montanha e de Curupéré vem sempre à tona quando querem planejar, organizar, comandar algo (seja projeto, reunião, conversas...), influenciando a compreensão e as decisões dos moradores da comunidade. Como são lembranças muito fortes, os moradores se emocionam bastante, sendo uma constata na pesquisa de campo, nos chamando atenção. Seus sentimentos mais valorizados se misturam com essas histórias e fatos que também forjaram suas práticas sócio-educativas.

A compreensão das etapas de desterritorialização e reterritorialização sócio-espaciais da Comunidade Nova Vida perpassa pelos movimentos intra-locais vivenciados pelos atores sociais, que significou ainda a mudança na denominação da comunidade, como apontamos anteriormente. A seguir, apresentam-se, resumidamente, alguns traços das três fases desse processo por nós constituídos preliminarmente, estando ligadas às configurações de aproximação, negociação, confrontação, micro-histórias, sociabilidades diversas e muitas significações, a saber:

a) Desterritorialização (1992 a 1993)<sup>6</sup>: compreende o primeiro momento de remanejamento das famílias da Montanha para Curupéré, marcada pela ocupação das empresas transnacionais nos espaços das comunidades locais. Algumas implicações dessa etapa: negociação por parte dos representantes da empresa e dos representantes do município; apoio sistemático da ASTRC (Associação dos Trabalhadores Rurais de Curupéré); assessoria de diversas entidades Central Única dos Trabalhadores - CUT, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Projeto de

---

<sup>6</sup> Todos os três períodos são aproximados. A tentativa de demarcá-los tem um efeito cronológico de percepção do tempo de relação existente entre empresa e comunidade.

Extensão Barcarena da UFPA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena – STRB e realização de audiências públicas;

b) Reconstituição (1994-2003): corresponde ao assentamento da comunidade remanejada da Montanha para Curuperé, associado ao processo de adaptação ao novo local e aos conflitos estabelecidos. Essa etapa foi caracterizada por: reconstituição das vidas dos atores com base na agricultura, apesar das dificuldades de adaptação; implantação de projeto agrícola (Nova Canaã) com apoio da empresa Pará Pigmentos S/A; informação de que as terras de Curuperé pertenciam à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI/PA) e o fato da comunidade ser considerada como responsável pelo desmatamento da área e;

c) Reterritorialização (desde 2004): correspondendo ao reassentamento do grupo que se desloca de Curuperé para uma localidade, onde o grupo passou a ser denominado de Comunidade Nova Vida. Resultado desse processo: diminuição do número de famílias e extinção de outras comunidades; formação ampliada de grupos de famílias (unificação); ousadia e invenção de outras modalidades institucionais de organização e participação para negociar com as empresas; implantação de projetos de cooperativa em parceria com o Estado, Prefeitura e empresas; fundação de associação e sindicato da Comunidade Nova Vida e início do processo de titulação das terras para famílias remanejadas, com o apoio das assessorias já mencionadas.

Os três movimentos intralocais, citados acima, representam sinais de mudança social e de uma nova inteligência, apreendida no cotidiano, espaço solidário e de transformação contínua. Todas essas dimensões identificadas e descritas, em trabalhos de observação e entrevistas, compõem, simultaneamente, momentos de saberes tecidos ao longo da vida, das suas memórias, conquistas, perdas e confrontos. Neste ambiente de campo de relações são potencializados movimentos e experiências que garantem a mobilização de saberes e práticas que colaboram para a formação humana, como também para ressignificá-las.

Os moradores da CNV são protagonistas de uma história envolvendo deslocamento compulsório muito próprio da realidade amazônica, em especial a família Rodrigues (da família saíram três líderes). Com isso nos veio à idéia de ter as três fases da comunidade como eixo orientador da produção do texto, buscando

descrever as práticas sócio-educativas no contexto das histórias dessas fases, apresentando nossas inquietações e observações e, concomitantemente dialogando com as leituras e reflexões do campo teórico. Assim, a construção das linhas e capítulos deste trabalho assumiram como orientação a valorização das experiências da comunidade e com o mundo em sua volta. Foi assim que ocorreu a sedução por um texto de caráter etnográfico.

O texto está estruturado em seções interdependentes e complementares. Na primeira seção, apresentamos a construção do objeto e as primeiras aproximações com o tema. Na segunda, fazemos a contextualização da comunidade na dinâmica de reestruturação capitalista em curso no município de Barcarena. A partir da segunda seção, iniciamos a descrição das fases de dinâmica territorial da comunidade, começando, nesta seção, com a apresentação da organização social e cultural dos grupos familiares da Montanha (primeira denominação da comunidade). Na terceira, damos prosseguimento, analisando as contradições sócio-espaciais ocorridas no assentamento da Comunidade de Curuperé (segunda denominação). Na quarta seção, fazemos uma incursão sobre a Comunidade Nova Vida (atual denominação), informando os processos sociais gestados por seus atores sociais. Há uma linha transversal que acompanha e orienta as seções terceira, quarta e quinta, que é a reflexão dos espaços pedagógicos agenciados nessas dinâmicas e as práticas educativas a eles inerentes. Por fim, tecemos considerações finais que cumprem o papel de fazer uma síntese das reflexões e pautas produzidas com a pesquisa, procurando evidenciar que outros processos de formação estão sendo estabelecidos nas práticas sociais, desde que estejamos dispostos a descentrar o olhar e, com alteridade, perceber as formas de aprender, fazer e produzir saberes diferentes dos grupos sociais na(s) Amazônia(s), advindas das suas organizações sociais, cumprindo o papel de resistência à exploração de seu território, combinando com a defesa da sociobiodiversidade da floresta, eixos da afirmação de suas existências e da sua emancipação humana.